

A LUTA DO MST PELA REFORMA AGRÁRIA EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Felipe FIGLIOLI¹

A questão agrária surge e ressurgiu tanto no debate político como na mídia. Vista sob diferentes enfoques, é constante foco de controvérsias. Nesse debate, a atuação de grupos que lutam pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é motivo de grandes polêmicas. Esta resenha visa a destacar alguns traços fundamentais que caracterizam o MST e sua postura nos últimos anos, a partir da obra de José de Souza Martins.

Uma das preocupações centrais de Martins é fazer uma análise objetiva, livre das paixões e opiniões parciais que permeiam o tema. É preciso ainda, segundo ele, interpretar o trabalho das agências de mediação, como o MST, a partir de uma ampla reflexão acerca da questão agrária. Para concretizar essa análise de valor científico, o sociólogo recorre a uma visão da própria história, que envolve uma avaliação de suas contradições, das possibilidades de atuação dos sujeitos e da gênese da questão agrária. Antes de falar em reforma agrária, portanto, é preciso pensar a questão agrária. E pensá-la é enxergá-la em sua realidade, em suas contradições, interpretá-la como questão histórica.

Nesse ponto já se iniciam as críticas de Martins. A história não pode ser vista de modo maniqueísta, como uma sucessão de etapas, uma soma de injustiças sociais, como algo quantitativo e estático. Compreender a história exige uma noção dialética, um entendimento do processo histórico, das contradições e tensões que se combinam em cada circunstância específica. O sociólogo defende, assim, uma análise marxiana qualificada, em oposição ao marxismo simplista e panfletário. Aqueles que pretendem agir politicamente em favor dos trabalhadores rurais devem primeiramente atentar para a vida desses trabalhadores, a práxis e as relações sociais em que estão envolvidos.

Martins lembra que a concentração de terras no Brasil surgiu não em função das capitâneas hereditárias ou do regime de sesmarias, mas no contexto da sociedade escravista e estamental. Posteriormente, as medidas tomadas no sentido de regulamentar às formas de adquirir propriedade da terra contribuíram para esse problema. As relações de produção no campo, marcadas pelo arcaísmo, foram decisivas no processo de concentração fundiária. Tradicionalmente, a reforma agrária surge como solução para o impasse do latifúndio.

A bandeira da reforma agrária, contudo, não é socialmente progressista, como pode parecer. Para o sociólogo, ela passou a ser invocada pelas elites em um contexto muito específico. De um lado, os trabalhadores rurais, cujas relações de trabalho estavam sendo alteradas, entravam na vida política. De outro, as elites, vítimas da mesma crise social, política e econômica, viam-se obrigadas a criar uma aliança com os trabalhadores para a reforma necessária (embora tenham sido favorecidas pelo golpe militar). Martins lembra que a Igreja Católica teve um papel fundamental nesse processo, defendendo a reforma como meio conservador de barrar o avanço da influência dos comunistas e das Ligas Camponesas. “As esquerdas”, diante das circunstâncias, ficaram divididas entre as propostas de reforma agrária e de reforma trabalhista. Como resultado, surgiu uma luta menos preocupada com a justiça social e a emancipação do homem do que com o poder político. No bojo dessa diversificação social das elites, emergiu uma disputa pelo poder entre as agências de mediação.

A origem da idéia de reforma agrária tem, nesse sentido, extrema relevância. Ela mostra algo que está presente ainda nos dias atuais: a reforma agrária não visa a dar voz aos

¹ Graduando em Direito. USP. Universidade de São Paulo. - felipe_figlioli@yahoo.com.br

excluídos. As tradições populares do campo foram e ainda são desrespeitadas tanto pela esquerda quanto pela direita. Essa é uma das razões pelas quais Martins insiste em afirmar que não há um verdadeiro diálogo sobre a questão. Dessa maneira, a reforma agrária não tem sido uma luta dos próprios trabalhadores.

Nesse ponto, ganha destaque um aspecto que pode ser considerado o centro da crítica ao MST: um descompasso entre teoria e prática. A riqueza da experiência se perde na pobreza metodológica. Estreitamente ligado à Comissão Pastoral da Terra, o movimento é marcado por certos traços conservadores. Martins diagnostica uma tentativa de tutelar os trabalhadores rurais por meio de pautas que não interessam diretamente a eles. Há, em certo sentido, uma partidarização do debate, que fica marcado pela orientação ideológica dos grupos que tentam liderar a reforma. A competência dos excluídos para defender suas necessidades é, assim, desprezada, o que leva a uma falta de representatividade da consciência social dos trabalhadores rurais. O MST representa um marxismo pobre, um reformismo de classe média, um imediatismo na construção da história e uma falta de reflexão aprofundada sobre os problemas da terra. A questão agrária, mediada por ele, deixa de ser política num sentido amplo para ser ideológica. Esse fundamentalismo de características pré-políticas não consegue se adaptar à lógica da política.

O caráter retórico e partidarizado das intervenções do MST se tornam ainda mais evidente se, como Martins, enxergamos nesse movimento um desdobramento do PT. O MST age de acordo com as conveniências eleitorais e partidárias. Essa seria a explicação para a forte atuação do movimento durante o governo FHC, mesmo com os avanços obtidos na questão agrária. No governo Lula, no entanto, que mostrou menos eficiência e maior falta de planejamento, negligenciando e até inviabilizando a reforma agrária, o MST não procurou evidenciar as tensões provocadas pelas contradições sociais².

Segundo Martins, o MST cria uma ideologia de confronto, baseada no marxismo vulgar, que se afasta da verdadeira luta pela terra. Além disso, liberta o trabalhador de suas amarras para atá-lo em outras, as amarras partidárias. Aqueles que pretendem liderar a luta camponesa não compreenderam que ela é muito complexa e rica, envolvendo principalmente a mística da terra de trabalho, a revitalização da família, as tradições, as crenças e a religião. Há elementos que não podem ser negligenciados na práxis do trabalhador rural, tais como a utopia, o simbólico e os laços comunitários.

Partindo dessas premissas, as idéias defendidas pelo MST são contestadas. Em face das características sócio-econômicas do Brasil, Martins vê as desapropriações massivas como uma proposta irracional que só interessa ao latifúndio. Entender as desapropriações como único método de reforma agrária é algo que limita o diálogo, tornando-o ainda mais complicado. Isso revela uma ultrapassada interpretação sobre a luta de classes e um desejo de vingança. Para uma proposta racional de reforma, é preciso avaliar todas as possibilidades oferecidas pelo quadro que vivenciamos. Ao tentar impor sua pauta como a única legítima, o MST se deslegitima cada vez mais.

Martins valoriza a possibilidade de uma transformação institucional do quadro social, empreendida dentro da legalidade, para enfrentar problemas agrários, como o rentismo e a especulação. É fundamental a busca de alternativas para rever o modelo de propriedade criado com a Lei de Terras. Isso porque a revolução, numa concepção dialética da história, não pode

² Para Martins, o governo FHC conseguiu avanços importantes na questão agrária. Desapropriações, assentamentos e regularizações representaram, apesar do descontentamento da oposição, uma verdadeira modernização. A atuação governamental, segundo ele, atacou o regime fundiário historicamente construído no país. No governo Lula, entretanto, além de a agricultura familiar não ter recebido a atenção necessária, a pressão de diversos grupos antagônicos levou a um imobilismo.

ser uma simples tentativa elitista, uma pretensão de legitimidade para liderar os trabalhadores. A revolução só pode nascer mediada pelas contradições da sociedade capitalista e das desigualdades que ela produz.

Os planos de reforma agrária, como explica o autor, não podem pretender resolver definitivamente o problema. Precisam concebê-la como um processo cíclico, de constantes revisões, de regulamentação do direito de propriedade e de desconcentração fundiária. Martins propõe ainda o reconhecimento da importância da agricultura familiar, destacando seu papel e sua eficácia, desde que implementada por meio de políticas responsáveis. Nessa linha, a agricultura familiar, convivendo com a agricultura empresarial, pode gerar desenvolvimento e dignidade.

A contribuição de Martins, como se percebe, é imensa. Ele valoriza os mecanismos de participação política da sociedade e, dessa forma, procura mostrar que o homem deve ser dono de seu próprio destino. Ressaltemos a importância desse dado: o sociólogo, ao ver no trabalhador o verdadeiro sujeito das lutas no campo, preocupa-se com o papel das agências de mediação, para que não desvirtuem a luta popular. Concordemos ou não com suas posições políticas e sua orientação teórica, é mister reconhecer a essencialidade de seu trabalho para o entendimento dos problemas do campo.

Martins constrói então uma crítica baseada fundamentalmente em noções marxianas³ que revela o problema das simplificações e radicalismos. Nesse sentido, procura na reforma agrária maneiras de atenuar o forte enraizamento institucional do direito de propriedade, valorizando o diálogo, a negociação e os avanços que podem ser alcançados dentro da lei e da ordem. Como não pretende fugir à complexidade do problema, reconhece a existência de diversas alternativas, embora proponha alguns caminhos. E faz com que se torne evidente, diante de todo esse arcabouço teórico, a conclusão de que o MST ainda não percebeu a necessidade de atualizar seu projeto e compreender seu lugar na história.

REFERÊNCIAS

MARTINS, J. de S. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003.

_____. MST: A dependência oculta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2005. *Tendências e Debates*, p.3 - 3.

³ Martins procura fazer uma leitura criteriosa de noções que têm origem das obras de Marx, afastando-se do determinismo econômico. É nesse contexto que se inserem suas críticas ao *marxismo vulgar*. Quanto a esse aspecto, a obra de Martins merece análises mais detidas, que não podem ser feitas no âmbito desta resenha.

_____. A Quaresma vermelha dos sem-terra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2006. Caderno "Aliás, A semana revista". p, J3.

_____. O “abril verde” do outro lado do MST. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 maio 2007. Caderno "Aliás, A semana revista". p, J5.

_____. A nova face da questão agrária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 2007. Caderno "Aliás, A semana revista". p, J3.